

**ESTUDO POTAMONÍMICO DE ORIGEM INDÍGENA
EM RORAIMA: RIO URARICOERA¹**

Carmem Véra Nunes Spotti (UERR/PUC-Minas)
carmemspotti@bol.com.br

1. Introdução

Atualmente, o mundo tem observado atentamente tudo o que se refere à questão indígena com preocupação de resguardar a cultura desses povos. Essa preocupação se deve ao fato de que a população indígena é estimada em aproximadamente de 851.477 na América Latina².

No Brasil, em quase todos os estados, há territórios indígenas e, em Roraima, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação de Roraima (2006), existem 32 terras indígenas habitadas pelos povos das etnias ingaricó, macuxi, patamona, taurepang, uapixana, wai-wai, uaimiri-atroari, iecuana e ianomâmi.

Nesse sentido, Roraima é um estado com uma grande presença de etnias indígenas e, conseqüentemente, possui muitos municípios, montes, rios e instituições governamentais com nomes cujas origens estão ligadas às línguas dessas etnias. É interessante observar que palavras, como Aju-ri (Associação de uma Instituição Federal), Uiramutá, Mucajaí (municípios), Tepequém (serra), Contingo (rio), entre outras, são nomes de origem indígena, porém poucos falantes desse estado saberiam dar os seus significados e indicar as etnias às quais pertencem. Isso ocorre porque os dados existentes estão dispersos em Ongs, órgãos governamentais e não governamentais.

Desta forma, o presente trabalho propõe investigar qual a origem e o significado do nome do rio Uraricoera que compõe a malha hidrográfica do estado de Roraima, procurar demonstrar se existem um só ou diferentes topônimos para um mesmo rio, e, se isso ocorre, qual é o predominante e o porquê, bem como mostrar a dificuldade existente na coleta destas informações.

¹ Trabalho resultante do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Filologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob a orientação do Prof. Dr. José Pereira da Silva.

² www.socioambiental.org acesso em 20 dez 2010.

A escolha desse rio, em especial, deve-se ao fato de que em 2004, ao ter contato com a comunidade indígena Nova Esperança, pertencente às terras indígenas São Marcos, houve autorização, pelos líderes, a iniciar um trabalho de compilação de lendas. Deste trabalho individual surgiu o interesse de aprofundar a pesquisa e, em 2006, com a formação do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cultura e Ensino de Língua e Literatura da Universidade Estadual de Roraima, sob a coordenação do Prof. Dr. Devair Antonio Fiorotti, foi organizado um projeto intitulado *Narrativa oral: registro e análise na terra indígena do Alto São Marcos*, tendo como base minha pesquisa individual, que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e que contou com a autorização das Comunidades e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI para seu desenvolvimento.

Além dessa pesquisa, surge o curso *Stricto Sensu* de Mestrado em Letras, em andamento até fevereiro de 2012, com área de concentração em Estudos de Linguagem e Cultura Regional, da Universidade Federal de Roraima, no qual participo dentro da Linha de Pesquisa “Literatura, Artes e Cultura Regional” com a dissertação intitulada “Análise da personificação e dos elementos ambientais presentes nas narrativas orais da Comunidade Indígena Nova Esperança – RR”.

Paralelo ao mestrado inicia-se a Especialização *Lato Sensu* de Filologia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na modalidade virtual e, como não poderia deixar de ser, a temática da pesquisa se mantém na questão indígena. Desta vez os estudos são sobre os topônimos de origem indígena existentes no Estado. Isso porque o rio Uraricoera está dentro das terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol e a análise da origem e do significado dos nomes dos rios através da reflexão sobre os significados e a taxionomia encontrados nos nomes de origem indígena que compõem a malha hidrográfica do estado de Roraima é um desafio documental, além de valorizar as línguas nativas e contribuir com o desenvolvimento de estratégias de transmissão desses idiomas.

A relevância deste trabalho se deve à necessidade de um estudo científico que mostre a relação entre as escolhas toponímicas realizadas e sua identificação étnica. Para tanto, será estudado o rio Uraricoera, além de seus afluentes principais. Assim, o universo da pesquisa será composto pelos documentos encontrados nos órgãos governamentais e não governamentais, além de pesquisa bibliográfica e entrevistas com pesquisadores e estudiosos do tema que residam em Roraima.

Nesse sentido o trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro composto pela fundamentação teórica onde se tratará dos estudos toponímicos, a situação histórico-geográfica e etnolinguística de Roraima. O segundo capítulo será composto pelos estudos potomonímicos necessários para realização do estudo. O capítulo terceiro apresentará a potomonímia do rio Uraricoera através dos dados coletados e a análise desses dados, mostrando a dificuldade de coletar os dados. Finalmente, virá a conclusão do trabalho monográfico, além das referências bibliográficas e dos anexos que se fizerem necessários.

2. *Fundamentação teórica*

2.1. **A situação histórico-geográfica e etnolinguística de Roraima**

2.1.1. *A situação histórica de Roraima*

Para o Centro de Informação da Diocese de Roraima (CIDR, 1989, p. 5) os caribes, como outras tribos indígenas, “desenvolveram, a partir do médio do curso do Orinoco, uma enorme atividade comercial e, em muitos casos, verdadeiras conquistas”. Isso porque, como excelentes navegadores, os caribes alcançaram os rios Caura, Paraguá, Caroni, o alto Orinoco, o rio Tacutu e Rupununi e penetrando no Uraricoera e Branco.

Desta forma, no século XVI “a região atravessada por esses rios era ocupada por centenas de grupos tribais” (CIDR, 1989, p. 5) divididos entre tribos nômades e as comunidades com estrutura social mais complexa, detentoras de técnicas agrícolas. Esses contatos entre os vários grupos étnicos contribuíram para um processo de intercâmbio cultural permitindo que se aliassem para defesa de seu território e possibilitaram um processo de nivelamento entre esses grupos, os caribes e os aruaques. (*Idem*, p. 6).

Com a chegada dos espanhóis, a penetração europeia se deu desordenadamente por meio de pequenos exércitos e a única solução para os indígenas era retirar-se para pequenas áreas. Assim, os espanhóis, por volta de 1531, chegaram ao Orinoco e entre 1588 e 1590 tornaram-se aliados “dos caribes contra os ipurugoto, fixados entre os rios Caroni e Paraguá”. Este povo, “quase dizimado pelas novas armas, foi constrangido a deslocar-se para o sul, acabando por se fixar no curso do Uraricoera” (CIVRIEUX, 1976, p. 14 *apud* CIDR, 1989, p. 6).

Esta incursão europeia se deu pela procura mítica e frustrada do “eldorado” provocando um deslocamento além do lugar procurado. Essas

tentativas desenvolveram-se contemporaneamente do norte para o sul (da Venezuela para Roraima) e de oeste para nordeste (rio Amazonas), o Eldorado acabou sendo ‘localizado’ na desconhecida área atravessada pelo rio Branco e, mais especificamente, na cordilheira do Parima com sua mítica lagoa. Trata-se da mesma cordilheira do Pacaraima de Roraima, atravessada pelo Uraricoera, antigamente chamado de Parima. (CIDR, 1989, p. 7)

Em contrapartida, com a entrada de Sir Walter Raleigh, os ingleses, em 1595, provocam “em Trinidad uma rebelião dos índios aruaques”. Este desfecho final proporcionou a primeira expedição às Guianas, organizada e realizada por Raleigh que abalou o relacionamento entre os vários povos indígenas que “acabaram por manter e até ampliar o tipo de relação entre os caribes e os outros povos indígenas da área atingida”. Estas incursões reduziram, em poucos anos, as centenas de pequenas tribos e “deixaram vazias áreas que seriam ocupadas pelos fugitivos da guerra com os invasores, guerra que envolvia primeiramente os caribes e, secundariamente, os demais povos da região” (CIDR, 1989, p. 7).

Com a guerra entre espanhóis, ingleses, holandeses e franceses pela posse da região, novos povos indígenas chegaram, gerando lutas pela conquista do território. Já os primeiros colonizadores portugueses chegaram à região do Rio Branco através das Guianas e a soberania de Portugal só foi estabelecida após os espanhóis invadirem a parte norte do Rio Branco, juntamente com o rio Uraricoera.

Para Ribeiro de Sampaio (*apud* CIDR, 1989, p. 9) o tipo de conquista que os portugueses procuraram realizar primeiramente no Rio Amazonas e, posteriormente, no Rio Branco foi uma política para

conhecer as nações e propôr-lhes logo a sujeição portuguesa e a religião catholica. Para este fim formaram aldeas, que entregaram aos missionários, quando estes não foram os auctores das mesmas. Succedia por isto muitas vezes que as nações de um rio se viessem estabelecer a outro. Com este motivo pois entraram os portugueses a navegar mais adiantadamente o Rio Branco, conduzindo do mesmo índios para as novas povoações do Rio Negro. Ao mesmo rio subiam a comprar escravos n’aquelle tempo em que foi licito este comercio infame.

Por isso, os missionários, especificamente os carmelitas a partir de 1700, eram chamados pelo estado a cumprir “a missão de guardar as fronteiras do império das infiltrações espanholas” (REIS, 1947, p. 53 *apud* CIDR, 1989, p. 10) na forma de “evangelizar”. As relações entre os caribes e os frades capuchinhos não eram boas e, insatisfeitos e armados

com espingardas holandesas, insuflaram outros índios contra os espanhóis.

Nesse sentido, com a ameaça de invasão pelos espanhóis, pelas expedições realizadas pelos holandeses do Suriname com fins comerciais e apresamento de indígenas, em 1740, o português Francisco Xavier de Andrade “fixou a área como território português” (SOUZA, 2009, p. 318). Para Magalhães (1997, p. 17) Francisco Xavier de Andrade e Lourenço Belfort, chegaram às cachoeiras do Uraricoera, em 1740, com a missão de capturar nativos. Mais tarde, com a visita do geógrafo Lobo d’Almada, chefe da comissão de limites de Portugal, ocorreu uma incur-são pelo rio Branco e Uraricoera, até a foz do Araricapará.

Desta forma, entre 1754 e 1757, os caribes “desceram repetidas vezes o *Caño Monamo* até o rio Uraricoera (Parima), para envolver os aliados indígenas na revolta” (CIVRIEUX, 1976, p. 83 *apud* CIDR, 1989, p. 12). Somado a isso e pelas demarcações previstas pelo Tratado de Madri de 1750, a Coroa portuguesa criou a capitania real de São José do Rio Negro, através da carta-régia de 3 de março de 1755.

Assim, com a criação dessa nova unidade administrativa na região implementava-se, na prática, a colonização do alto rio Negro. Com a criação de uma infraestrutura administrativa, as forças portuguesas ocuparam provisoriamente o curso do baixo rio Branco e efetuaram plantações de mandioca e de outros víveres necessários para o aprovisionamento de sua população.

Para Magalhães (1997, p. 17) devido às “invasões provenientes da antiga Guiana Espanhola¹, pelo rio Uraricoera, além da ameaça dos holandeses e ingleses, vindos do rio Essequibo e Rupununi” Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e, de acordo com a carta-régia de 14 de novembro de 1752, ordena que o capitão Felipe Sturm construa o forte de São Joaquim, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, em 1775. O Forte de São Joaquim foi determinante na conquista do rio Branco pelos portugueses ao proporcionar a soberania portuguesa sobre as terras do vale do rio Branco, muito cobiçado internacionalmente.

¹ A Guiana Espanhola é a atual Guiana, também conhecida como Guiana Venezuelana, assim como o Amapá foi chamado de Guiana Portuguesa, no início do século XIX.

Muitos povoados e vilas foram erguidos, juntamente com nativos indígenas e, em 1777, já existiam cinco aldeamentos como Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio, no rio Uraricoera; São Felipe, no rio Tacutu e Nossa Senhora do Carmo, Santa Izabel e Santa Bárbara, no rio Branco, abrigando uma população significativa. Entretanto, os povoados não se desenvolveram devido aos conflitos entre os índios e os colonizadores pelo fato de os indígenas não aceitarem submeter-se às condições impostas pelos portugueses e, entre 1780 e 1781 foram abandonados (FREITAS, 2001, p. 91).

Com o intuito de garantir a presença portuguesa nas terras do vale do Rio Branco, foi iniciada, em 1789 pelo comandante Manuel da Gama Lobo d'Almada, a criação de gado bovino e equino. Em 1790, a experiência de colonizar os indígenas foi encerrada, depois de uma revolta maior que as anteriores (*ibidem*).

As fazendas de São Bento, no rio Uraricoera, São José e São Marcos, no rio Tacutu, foram as primeiras a introduzirem permanentemente a criação de gado bovino e equino, em 1789. Atualmente, a fazenda de São Marcos pertence aos índios.

Em 1839, os franciscanos substituíram os carmelitas no atendimento religioso da região e, em 1842, frei José dos Santos Inocentes reúne representantes de várias tribos, entre elas macuxis, purucotó, saporá, etc., e funda uma nova missão no Uraricoera, que foi abandonada em 1847 por motivo de doenças (CIDR, 1989, p. 23).

Somente em 1877, com a seca nordestina, chega à região do rio Branco o fluxo migratório composto, principalmente, por maranhenses e, posteriormente, de pessoas oriundas de todo o nordeste brasileiro (p. 24). Já em 1892, a freguesia de Nossa Senhora do Carmo se tornou paróquia e o município de Boa Vista contava com cerca de dez mil habitantes, dos quais três a quatro mil eram brancos ou mestiços (CIDR, 1989, p. 25).

No dia 09 de julho de 1890, “pelo Decreto Estadual nº 49 a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, “acima das corredeiras do Bem-Querer”, é elevada à categoria de município, com a denominação de Boa Vista do Rio Branco”, município do estado do Amazonas. Em 1943 pelo Decreto 5.812, no dia 13 de setembro, é criado o território federal do Rio Branco, com área desmembrada do estado do Amazonas e em 1988 é criado o estado de Roraima, pelo Art., 14 das Disposições Constitucionais Transitórias. (MAGALHÃES, 1997, p. 84-86).

2.1.2. A situação geográfica de Roraima

Roraima está situado na Região Norte da República Federativa do Brasil, ao oeste do meridiano de Greenwich e cortado pela linha do Equador, nas coordenadas 02° 03' N 61° 24' 0'', sendo o estado mais setentrional da federação. Limita-se ao norte e nordeste com a República da Venezuela, ao leste com a República Federativa da Guiana, ao sudoeste com o estado do Pará e ao sul e oeste com o estado do Amazonas (SOUZA, 2009, p. 317). Ocupa uma área 224.298,980 km², segundo o IBGE¹, sendo o décimo quarto maior estado brasileiro (FREITAS, 1996, p. 20). Sua capital é Boa Vista, única capital brasileira, totalmente, no hemisfério norte.

O estado está situado na região periférica da Amazônia Legal, mais precisamente no noroeste da Região Norte do Brasil, com predominância da floresta amazônica, mas contendo ainda uma enorme faixa de savana no centro-leste. Para Souza (2009, p. 318-319) “a paisagem de Roraima é bem distinta, com montanhas elevadas pertencentes ao sistema do Parima, e savanas extensas”.



Mapa 1 - Mapa do Brasil com destaque em vermelho o estado de Roraima. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/87/Brazil_State_Roraima.svg/250px-Brazil_State_Roraima.svg.png – acesso 15/03/2011

¹ Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Roraima>.

2.1.2.1. A hidrografia roraimense

A hidrografia roraimense é composta pela bacia hidrográfica do rio Branco. Para Magalhães (1997, p. 111) o rio Branco nasce com o nome de Parima com o rumo sul/norte e, ao tomar o rumo oeste/leste recebe o nome de Uraricoera e ao seguir rumo norte/sul torna-se rio Branco. Já para Freitas (2001, 23) foi o português Pedro Teixeira que, em 1639, denominou o rio de rio Branco, pois para os indígenas era “Quecuene” (Cf. FERREIRA, 1787).

O rio Branco origina-se da confluência dos rios Uraricoera, o maior do estado, e pelo rio Tucutu, que fica trinta quilômetros ao norte da capital de Boa Vista e tem 584 Km de percurso. O seu percurso pode ser dividido em três segmentos como: a) *Alto rio Branco*: com 172 Km, da confluência dos rios Uraricoera e Tucutu até a cachoeira do Bem-Querer; b) *Médio rio Branco*: com 24 KM, da cachoeira do Bem-Querer até Vista Alegre; c) *Baixo rio Branco*: com 388 Km, de Vista Alegre até a sua desembocadura no rio Negro (FREITAS, 2001, p. 23).

Os afluentes do rio Branco são os rios Cauamé, Mucajai, Ajarani, Catrimani, Água Boa do Univini e Xerui (margem direita) e Tucutu, Cuitauau, Cachorro, Barauana, Anauá, Cota e Tapará (margem esquerda). Os afluentes do Maú são Uailã e Viruaquim (margem direita) e Pirara (margem esquerda). Os do rio Surumu é o Cotingo, pela margem esquerda. Já os do Uraricoera são os igarapés Grande e Tipiquiri (margem direita), os rios Auaris, Uraricaá, Amajari e Parimé (margem esquerda). (MAGALHÃES, 1997, p. 111). Freitas (1996, p.32) traz como afluentes do Uraricoera, na margem esquerda, os rios Auaris, Aracaçá, Uraricaá, Amajari e Parimé e que na margem direita “não tem afluentes importantes dado sua proximidade com a bacia do rio Mucajai.

Para Freitas (2001, p.23) o rio Uraricoera, com aproximadamente 700 km, “nasce no divisor de águas entre as bacias dos rios Orinoco e Amazonas. É o rio que, em Roraima, define geograficamente, as terras brasileiras. É encachoeirado em grande parte de sua extensão”. Para Rice (1978 *apud* CAVALCANTE 2010, p. 1) o rio nasce

na serra Parima e se forma da junção de dois rios Parima e Aracasa. Segue no sentido nordeste até encontrar o rio Tucutu dando origem ao rio Branco, afluente mais setentrional e mais importante do rio Negro. No seu curso mais abaixo, o Uraricoera recebe águas do rio Amajari, principal afluente de sua margem esquerda. No seu curso médio, o rio se dilata e encerra um arquipélago; em direção leste, bifurca-se em dois braços ou furos: um ao norte, chamado Santa Rosa, outro ao sul, furo Maracá, que contorna a ilha de Maracá.

Quadro 4.1.4.4-1 – Sub-Regiões Hídricas da Bacia Hidrográfica do Rio Branco

| Sub-Regiões Hídricas | Rios que a compõe |
|----------------------|---|
| Tacutu | Cotingo, Surumu, Tacutu, Maú, Capivara, Cachorro |
| Uraricoera | Auaris, Aracaça, Parima, Uraricaá, Amajari, Uraricoera, Parimé |
| Mucajáí | Couto de Magalhães, Melo Nunes, Apiau, Mucajáí |
| Anauá | Barauana, Novo, Caroebe, Anauá |
| Branco do Sul | Xeroni, Tapera, Branco, Água Boa de Cima, Cauame, Branco, Pricuma, Surrao, Água Boa de Baixo, Água Boa do Univini, Ajarani, Catrimani |

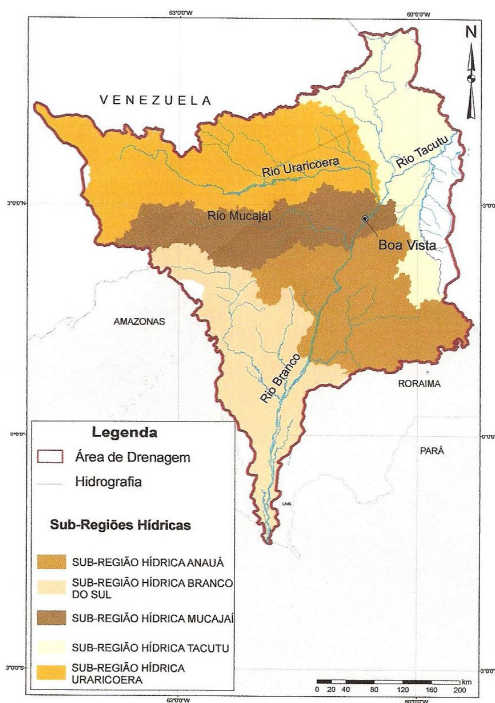


Figura 4.1.4.4-1 – Sub-Regiões Hídricas da Bacia do Rio Branco



Resp. Tec. Eng. Hideaki Ussami
CREA - SP Nº 0600361799

Hydros

Mapa 3 – As Sub- Regiões Hídricas da Bacia do Rio Branco.

Fonte: <http://epe.gov.br/meioambiente/docts/bacia/riobranco>. Acesso 05/08/2011

2.1.3. A situação etnolinguística em Roraima

Etnolinguística é um elemento composto de “etno” e deriva do grego “*éthnos*” que quer dizer raça, povo, nação e “linguística”, do francês “*linguistique*” que significa ciência da linguagem, ou seja, o estudo da língua em si mesma e por si mesma (BUENO, 1986, 463 e 663). Por isso, etnolinguística se define como o estudo da linguagem de um povo, de uma nação, por exemplo, as línguas indígenas.

Assim, muito se fala sobre as línguas indígenas e, para Souza (2009, p. 41) a Amazônia “é a região menos conhecida, do ponto de vista linguístico, em todo o mundo”, pois “os mapas dos idiomas da América do Sul dão a impressão de confusão, com suas porções coloridas para cada grupo genético, formando quase uma pintura abstrata”. Para o autor “cada idioma amazônico tende a apresentar características de acordo com o tipo de território em que é falado, seguindo os métodos de produção de alimentos e a cultura material”.

Conforme Zineide Pereira, em seu artigo “O movimento Indígena em Roraima: a Trajetória das Organizações” (2010, p. 107), o estado de Roraima é habitado por aproximadamente 40.000 indígenas que pertencem às famílias linguísticas caribe, aruaque e ianomâmi.

Para a autora a família linguística caribe divide-se em macuxi, taurepang, ingaricó, patamona, iecuana, uaiuai e uaimiri-atroari. Já na família aruaque são os uapixana e na ianomâmi encontra-se a subdivisão de quatro grupos: ianomam, sanumã, ianomâmi e ninam. A autora ressalta que todas essas línguas estão representadas no Brasil e na Venezuela (PEREIRA, 2003, p. 32).

Nesse sentido, o Instituto Socioambiental (2011) traz a especificação detalhada das 222 etnias indígenas existentes na América do Sul, onde as famílias linguísticas existentes em Roraima estão divididas em aruaque, caribe e ianomâmi, conforme quadro abaixo:

Tabela 1 – Família linguística aruaque, caribe e ianomâmi¹

| | Nome da etnia | Outros nomes ou grafias | Família/ língua (1) | UF (Brasil) Países Limítrofes | População censo/estimativa(2) | Ano do censo |
|---|-------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------|
| 1 | <u>Aparai</u> (3) | Apalaí | Karíb | PA | 415 | 1998 |
| 2 | <u>Apurinã</u> . | | Aruák | AM | 4.087 | Funasa, |

¹ Mantém-se a grafia na tabela, para evitar possível confusão e porque é uma transcrição.

ANAI DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

| | | | | | | |
|----|---------------------------|--|---|-----------------------------|-------------------------|-----------------------|
| | | | | | | 2003 |
| 3 | <u>Arara.</u> | Ukarāgmã, Ukarammã | Karíb | PA | 195 | 1998 |
| 4 | <u>Ashaninka.</u> | Kampa | Aruák | AC (Peru) | 813 (55.000) | 1999 1993 |
| 5 | <u>Bakairi.</u> | Kurã, Bacairi | Karíb | MT | 950 | 1999 |
| 6 | <u>Baniwa.</u> | Baniua, Baniva, Walimanai, Wakuenai | Aruaque | AM Colômbia Venezuela | 5.141 6.790 3.236 | 2.002 2000 2000 |
| 7 | <u>Enawenê- Nawê.</u> | Salumã | Aruák | MT | 320 | 2000 |
| 8 | <u>Galibi.</u> | Galibi do Oi- apoque | Karíb e língua creoula, patois | AP Guiana Francesa | 28 (2.000) | 2000 1992 |
| 9 | <u>Ikpeng.</u> | Txikão | Caribe | MT | 319 | 2002 |
| 10 | <u>Ingarikó.</u> | Ingaricó Akawaio, Arawaio, Kapon | Karíb | RR Guiana Venezuela | 675 (4.000) (728) | 1997 1990 1992 |
| 11 | <u>Kalapalo.</u> | Calapalo | Karíb | MT | 417 | 2002 |
| 12 | <u>Katxuyana.</u> | . | Karib | PA | 69 | 1998 |
| 13 | <u>Kinikinau.</u> | Kinikinawa, Guanã, Koinukonoen | da família Aruaque | MS | 250 | 2005 |
| 14 | <u>Kuikuro.</u> | Kuikuru | Carib | MT | 450 | 2002 |
| 15 | <u>Kuripako.</u> | Curipaco, Coripaco | Aruaque | AM Colômbia | 1.115? | (2002) |
| 16 | <u>Machineri.</u> | Manchineri, Yine | Aruaque | AC | 459 | 1999 |
| 17 | <u>Macuxi.</u> | Macuxi, Ma- cushi, Pemon | Caribe | RR Guiana | 16.500 7.500 | 2.000 1990 |
| 18 | <u>Matipu.</u> | . | Caribe | MT | 119 | 2002 |
| 19 | <u>Mehinako.</u> | Meinaku, Meinacu | Aruaque | MT | 199 | 2002 |
| 20 | <u>Nahukuá.</u> | Nafuquá | Caribe | MT | 105 | 2002 |
| 21 | <u>Naruvoto.</u> | . | Caribe | MT | 78 | 2003 |
| 22 | <u>Palikur.</u> | Aukwayene, Aukuyene, Paliku'ene | Aruaque | AP Guiana Francesa | 918 (470) | 2000 1980 |
| 23 | <u>Pareci.</u> | Paresi, Haliti | Aruaque | MT | 1.293 | 1999 |
| 24 | <u>Patamona.</u> | Kapon | Caribe | RR Guiana | 50 (5.500) | 1991 1990 |
| 25 | <u>Tariana.</u> | Tariano, Taliaseri | Aruaque | AM Colômbia | 1.914 205 | 2001 1988 |
| 26 | <u>Taurepang.</u> | Taulipang Pemon, Arekuna | Caribe | RR Venezuela | 532 21.000 | 1998 2001 |

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

| | | | | | | |
|----|---|---|----------|--------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| 27 | <u>Terena.</u> | . | Aruaque | MS | 15.795 | 1999 |
| 28 | <u>Tiriyó (sub-grupos Tsikuyana e Kah'yana).(4)</u> | Tiriyó, Trio, Tarëno | Karib | PA Suriname | 900 (1.400) | 2003 |
| 29 | <u>Wai Wai (subgrupos Karafawyana, Xereu, Katuena e Mawayana).(4)</u> | Waiwai | Caribe | RR, AM. PA Guiana | 2.020 130 | 2000 2000 |
| 30 | <u>Uaimiri-atroari</u> | Kinã, Kinja | Karib | RR/AM | 931 | 2001 |
| 31 | <u>Uapixana.</u> | Uapixana, Vapidiana, Wapisiana, Wapishana | Aruaque | RR Guiana | 6.500 (4.000) | 2.000 1990 |
| 32 | <u>Warekena.</u> | Uarequena, Werekena | Aruaque | AM Venezuela | 491 (409) | 1998 1992 |
| 33 | <u>Wauja.</u> | Uaurá, Waurá | Aruaque | MT | 321 | 2002 |
| 34 | <u>Wayana.(3)</u> | Waiana, Uai-ana | Karib | PA Suriname Guiana Francesa | 415 (400) (800) | 1999 1999 1999 |
| 35 | <u>Ianomâmi (subgrupos Ianomâmi, Sanumá e Nínam).(4)</u> | Ianomâmi, Ianoama, Xirianá | Ianomâmi | RR. AM Venezuela | 11.700 (15.193) | 2000 1992 |
| 36 | <u>Yawalapiti.</u> | Iaualapiti | Aruaque | MT | 208 | 2002 |
| 37 | <u>Yekuana.</u> | Maiongong, Ye'kuana, Yekwana | Karib | RR Venezuela | 426 (3.632) | 2000 1992 |

Fonte: ISA (2010)

Pereira (2010, p. 107) chama a atenção para o fato de que “as populações indígenas macuxi, uapixana e taurepang, em sua grande maioria, possui bom domínio da língua portuguesa”. Ressalta que em algumas aldeias mais próximas aos centros urbanos já não se encontram falantes da língua indígena e, nas mais afastadas, há alguma dificuldade no uso da língua portuguesa. Em relação às populações ingaricós, patamonas e uaiuais, a comunicação ocorre na língua indígena, com poucos falantes da língua portuguesa. É importante ressaltar que, conforme a autora, “nas aldeias localizadas na zona fronteira com a Guiana e a Venezuela encontram-se também muitos falantes da língua inglesa e espanhola”.

Embora não apareça no quadro do Instituto Socioambiental a etnia saporá, já há estudos sobre esta etnia¹. Isso ocorre porque, nos últimos tempos, a grande maioria das comunidades indígenas contemporâneas vive em terras coletivas, declaradas pelo governo federal chamadas de terras indígenas (TIs) (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2010), ocorrendo um movimento de (re)posicionamento da cultura indígena no panorama nacional. A busca por valorizar dimensões relevantes da cultura indígena, como a língua e algumas práticas sociais e coletivas, além do processo político de autodeterminação e auto-identificação, são aspectos que devem ser levados em conta quando se pensa as questões indígenas.

Mapa 1: Terras Indígenas no rio Uraricoera



Fonte: ISA, on line.

Mapa 4. terras indígenas no rio Uraricoera

Fonte: CAVALCANTE (2010, p. 1)

¹ A tese de doutorado da professora Olendina de Carvalho Cavalcante, intitulada *A Política da Memória Saporá*, em Antropologia Social, da Universidade Estadual de Campinas, foi defendida em março de 2010 e orientada pela Professora Doutora Nádia Farage.

No vale do Uraricoera há a concentração de grande parte da população indígena no estado de Roraima. Isso ocorre porque, para Cavalcante (2010, p. 3-4) no

seu alto curso, região de floresta, é habitado pelos Yekuana; no seu curso médio e baixo, é significativa a presença dos Macuxi, Wapishana e Taurepang, vivendo em aldeias mono ou multiétnicas. A multiétnicidade, nesta área, deve-se, em larga medida, ao fato de representar, hoje, faixa de confluência e transição entre o território Wapishana, que se estende para o leste; o território Macuxi, que se estende para as serras ao norte e o território Taurepang, cuja porção majoritária se encontra ao oeste, na savana venezuelana. Em perspectiva histórica, no entanto, a composição multiétnica da região indicia a retração demográfica e territorial imposta pela ocupação fundiária, fragmento de vastos territórios e muito maior diversidade étnica, fartamente atestados pelos registros escritos desde o período colonial.

Para a autora, a biodiversidade do médio rio Uraricoera tem sido o fator de atração para a população indígena de outras regiões de Roraima, pois “ainda é abundante em caça e pesca e a terra é mais favorável ao cultivo” resultando em “aldeias de alta densidade demográfica, em territórios diminutos, reduzidos a ilhas, entre fazendas, assentamentos agrícolas e pequenos núcleos urbanos” (*Idem*, p.4).

Ela traz, em sua tese de doutorado, um quadro sobre a situação das terras indígenas no rio Uraricoera, assim especificado:

Tabela 02: Situação das terras indígenas no rio Uraricoera

| Terra Indígena | Povo (s) | Extensão (ha) | População | Aldeias |
|-----------------------|--|----------------------|------------------|---|
| Ananás | Macuxi/Wapishana | 1.769 | 23 | Ananás |
| Anaro | Wapishana | 30.470 | 74 | Anaro |
| Aningal | Macuxi/Wapishana/Taurepang | 7.627 | 203 | Aningal |
| Anta | Macuxi | 3.173 | 139 | Anta I Anta II |
| Araçá | Macuxi/ Taurepang/ Wapishana/ Ingaricó/ Waiwai | 50.018 | 1.569 | Araçá Três Corações Mangueira Guariba Mutamba Garagem |
| Barata/ Livramento | Macuxi/ Wapishana | 12.883 | 695 | Barata Livramento |
| Boqueirão | Macuxi | 16.354 | 442 | Boqueirão |
| Cajueiro | Macuxi | 4.324 | 40 | Cajueiro |
| Mangueira | Macuxi | 4.063 | 100 | Mangueira |
| Ouro | Macuxi | 13.573 | 212 | Ouro São Francis- |

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

| | | | | |
|----------------|------------------|--------|-----|-------------------------------------|
| | | | | co |
| Pium | Macuxi/Wapishana | 4.607 | 313 | Pium |
| Ponta da Serra | Macuxi/Wapishana | 15.597 | 225 | Ponta da Serra Juraci Urucuri |
| Raimundão | Macuxi | 4.276 | 294 | Raimundão I RaimundãoII |
| Santa Inês | Macuxi | 29.698 | 177 | Santa Inez Leão de Ouro |
| Sucuba | Macuxi | 5.983 | 229 | Sucuba |
| Truaru | Macuxi/Wapishana | 5.653 | 350 | Truaru |

Fonte: FUNASA, 2009, ISA, 2006. *Apud* CAVALCANTE, 2010, p. 151.

Continuando, Cavalcante (2010, p. 4-5) ressalta que “os territórios indígenas no vale do rio Uraricoera foram retalhados em 16 terras indígenas (TIs), hoje com 28 aldeias, oficialmente reconhecidas como de ocupação histórica dos índios macuxi, taurepang e uapixana”. Esse processo de formação das TIs foi “iniciado no quadro da política indigenista da ditadura militar e concluído recentemente, caracterizando áreas de invasão endêmica e, portanto, grande potencial de conflito fundiário”.

Uma das facetas desse processo é que etnias que historicamente eram tidas como inimigas, como os Macuxi (Caribe) e Uapixana (Aruaque), passaram a conviver harmoniosamente e a formar comunidades mistas, integrando suas culturas. Esse é o caso da comunidade indígena Nova Esperança, localizada no km 208 da BR 174.

Por outro lado, a mudança significativa da cultura e da língua indígena é uma das questões que merecem destaque, pois a cidade exerce para o índio uma atração através dos recursos materiais e das facilidades que proporciona. Para Ferri (1990, p. 23), “a melhor forma de domínio é aquela que faz com que os conquistados desejem ser como os conquistadores”, fazendo com que assumam uma condição de sujeitos inferiores e sintam-se estimulados pelo sonho de consumo e de uma vida social e econômica superior.

Nesse sentido, o não índio, mesmo aprendendo muito com os índios, ao avançar pelas terras indígenas, incutiu seus costumes e produziu modificações nos padrões habitacionais, religiosos, econômicos, entre outros, e provocou uma interferência nos conhecimentos que eram transmitidos via oral através de gerações. Tal situação, aliada ao tempo e desinteresse dos mais novos, está ocasionando a perda da memória de muitos povos.

Para Fiorotti (2010, p. 10), pensar o que significa ser índio na atualidade é “pensar esse movimento entre o local, o específico de cada comunidade, e o global com suas novas necessidades cultural, principalmente de consumo, que são basicamente nossas mesmas necessidades”. O autor ressalta que “as fronteiras entre o que é ser indígena e não indígena hoje estão sendo questionado, principalmente se buscar identificar os indígenas com imagens estereotipadas” (p. 10). Isso porque, em suas pesquisas recentemente realizadas nas terras indígenas do Alto São Marcos, a senhora Regina, indígena entrevistada, disse:

Não há a quem contar as histórias, a quem ensinar a fazer as vasilhas de barro ou ensinar as músicas dos avós pois, agora, já é uma reflexão minha, os meninos e os jovens estão em outro momento histórico e cultural, e a comunidade não conseguiu convencê-los da importância de sua própria história, de sua própria origem. (*ibidem*, p.13)

Fiorotti (*ibidem*, p. 16) continua esclarecendo que os indígenas que entrevistou, como os de outras partes do Brasil encontram-se “em complexa situação de constituição identitária, por causa do processo de contato global e não só local” e que

essas pessoas, como nós, pertencem ao chamado mercado global e o consomem como nós, com seus telefones celulares, antenas parabólicas, relógios digitais, computadores, jogos eletrônicos e tudo mais que a modernidade lhes pode oferecer. Vivem, como nós, um processo de globalização sem controle político ou ético que, nas palavras de Bauman (2004), esconderiam as bases de nossa existência e trariam à vida dos indivíduos um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes. Vivem esse processo talvez mais intenso que nós, pois têm que ainda negociar sua identidade indígena diante de estereótipos que vão desde a legislação nacional do Brasil até o preconceito de pessoas comuns.

Nesse sentido, essa perda de memória de suas histórias e tradições para as comunidades significa o mesmo que condená-las ao extermínio, pois, conforme Ramos (1988, p. 13-19), para as sociedades indígenas, a terra é mais do que meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social, estando muito ligada ao sistema de crenças e conhecimento, sendo um recurso sociocultural tão importante que, para muitos, o território grupal está ligado a uma história cultural.

Como afirma Stephen Corry (1994), “os povos indígenas são sociedades viáveis e contemporâneas, com complexos modos de vida, assim como com formas progressistas de pensamento que são muito pertinentes para o mundo atual”.

Essa área da linguística surgiu porque o ser humano, desde os tempos remotos, sempre nomeou tudo a sua volta, desde sentimentos a coisas, lugares, etc. e deixou, segundo Santos (*ibidem*), registrado marcas do seu hábito linguístico na toponímia local. Para Dick (1999, p. 120), “é, pela conjunção de várias condicionantes linguísticas ou dos diversos dialetos e falares presentes em um determinado território, que se estruturou o léxico regional”

É interessante observar que esses topônimos revelam uma diversidade linguística e cultural presente em nosso país, e em nosso estado, até então não possuindo estudos que tratem todos os ângulos do tema.

Conforme Silva (2010) “A questão que se levanta diante da normalização dos nomes é saber o quanto o povo nativo foi envolvido nesse processo, ainda mais em um contexto onde existem diferentes línguas com plena funcionalidade”. O importante não é a criação nominalística, mas o empenho por conhecer as bases dos nomes dos lugares, dos rios, enfim, nomes que fazem parte do nosso cotidiano.

Dick (2001, p. 153) retrata que “qualquer estudo de toponímia brasileira (...) sempre envolve alguma referência a dois pontos nucleares: a posse do território pelo domínio dos caminhos terrestres e lacustres e a conquista espiritual dos locais”. Isso porque, para a autora, as águas e rios, bem como a religião e a fé, desde os primórdios consubstanciaram os mitos humanos onde os signos (símbolos) de uma linguagem recriada formaram os paradigmas de uma rede onomástica. A autora (*Idem*) complementa que

O sistema hidrográfico brasileiro encerra uma riqueza pronunciada de cursos d'água, seja na distribuição quantitativa como em extensão e volume. São tantos os rios notáveis, tanto os pequenos meandros interioranos opostos aos grandes desaguadouros costeiros, tantas as características potamográficas traduzidas em nomes, como os chamados rios de águas negras, brancas, claras e azuis, que a população generaliza o seu termo genérico, nem sempre distinguindo uns dos outros com facilidade, se córrego, riacho ou ribeirão; tudo é rio, existindo em qualquer lugar. Mas há aqueles que só pertencem a certos sítios, porque tipificados pelo meio ou pelos contatos linguísticos nas fronteiras, como ocorre com os igarapés, paranás, corixos ou arroios, cada um deles revelando, em suas formas de expressão, as marcas de um grupo étnico distinto, ou uma determinada referência fática. Os objetos assim simbolizados, linguisticamente, caracterizam variações locais, com um raio diatópico mais ou menos preciso. De qualquer modo, são frutos do meio que os conformou e possibilitou a sua historiografia onomástica.

Desta forma, o método aplicado para coleta de dados foi a classificação dos topônimos e análise propostos por Dick (1999) onde a carta geográfica de Roraima foi a base para o levantamento dos topônimos.

Os dados históricos foram coletados a partir de livros de autores regionais, de documentos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de bibliotecas da Universidade Estadual de Roraima, da Universidade Federal de Roraima e de particulares, com a utilização da ficha lexicográfico-toponímica, além de sites e entrevistas com alguns estudiosos que residem no estado.

Para montagem da ficha lexicográfico-toponímico foram escolhidos os indicativos:

- a) **Topônimo:** tem por objeto de estudo os nomes do rio Uraricoera e de seus principais afluentes, de origem indígena, do estado de Roraima.
- b) **Estado:** estado em que o rio faz parte, no caso só os que estão na bacia hidrográfica de Roraima.
- c) **Localização:** afluentes do rio Uraricoera
- d) **Taxionomia:** permitem interpretar os nomes dos rios, igarapés, cachoeiras;
- e) **Etimologia:** traz a história ou origem das palavras e explica o significado, analisando os elementos que as constituem. Entre parênteses está a indicação da página em que o significado aparece na bibliografia de Cardoso (1961).
- f) **Fonte primária citada por CARDOSO (1961):** é a indicação que o Comandante Armando Levy Cardoso traz mostra o autor, o título do livro e a página em que consta a indicação. Exemplo: Rondon, Glossário Geral, I, 244.

Vale salientar que a pesquisadora é a própria autora deste trabalho e a data de coleta foi entre julho e agosto de 2011. É importante esclarecer que a presente ficha teve como base Andrade (2011) e no corpo do texto optou-se por colocar os topônimos hídricos em forma de texto e no apêndice consta a ficha lexicográfico-toponímica original do estudo realizado para este trabalho.

A pesquisa ocorreu entre março e agosto de 2011, com a elaboração do projeto e com prazo para conclusão em agosto deste mesmo ano.

4. A potamonímia do rio Uraricoera

A origem do nome do estado – Roraima - tem controvérsias, pois autores como Magalhães (1997, p. 102) dizem que o nome é

um substantivo composto por outros dois: ioroi = caju e imã = serra, montanha, isto é Roraima = Serra do caju. O primeiro vocábulo ioroi é macuxi, do grupo etnográfico Karib, cujo r deve ser pronunciado brandamente, o que acontece mesmo no início da palavra, sendo clássico desse dialeto. Os dois substantivos sofreram os passos para o aportuguesamento, tal como ocorre comumente nesses casos. O r inicial teria sido acrescentado por eufonia ou por erro de audição (roroi em vez de ioroi) e imã, termo tupi, perdeu a nasalização (...). O fato de fundir-se duas expressões diversas, ioroi macuxi e imã tupi, não deve causar nenhuma celeuma, porque no vernáculo o hibridismo é comum.

Nesse sentido, o próprio Magalhães dá uma segunda versão para a etimologia ao informar que seu nome advém do Monte Roraima que está localizado na Serra de Pacaraima sendo o ponto mais alto do estado e um dos mais elevados do país. Etimologicamente empresta seu nome *roroimã* que resulta da contração de *roro* - *rora* (verde) e *imã* (serra ou monte), ou seja, “Verde Monte, Verdão” (*Idem* p. 102).

Conforme Figueiredo (*apud* CARDOSO, 1961, p. 248),

... no Monte Roraima, ponto extremo norte (119) de nosso torrão. É costume chamar-se a essa elevação de *Roraima* ou *Rorâima*, o que constitui um êrro. Os silvícolas que habitam a região pronunciam *rorôimã*, palavra composta de *rorô*, verde e *imã*, monte, serra.

O autor continua ao dizer que o estudioso citado por ele cometeu “um pequeno equívoco, ao explicar a etimologia do topônimo, uma vez que nem *rorô* significa verde, nem *imã*, segundo ele (Figueiredo) afirma, designa o monte, a serra”. Isso porque, de acordo com Cardoso, “*rorá* – e não *rorô* – no Taupépã, linguajar caribe da região, significa verde e, às vezes, azul. É com este significado que ele aparece, primeiramente, no incomparável relatório de Rondon sobre a Campanha de 1927 ...”. Para Cardoso (1961, p. 249) o sufixo *imã* não exprime a significação de “montanha” e sim a de “o pai, o formador, o maior de todos e, outras vezes, aparece como um coletivo, significando coleção, reunião, de acordo com inúmeros dialetos caribes. Cardoso continua explicando que a pronúncia é *Rorôimã* e nunca *Roráimã*, embora esta última pronúncia tenha sido a maneira pela qual o topônimo foi conhecido.

Em relação a este estudo sobre o rio Uraricoera, foram selecionados apenas alguns dos principais afluentes como os rios *Amajari*, *Auaris*, *Aracaçá*, *Parimé* e *Uraricaá* e a Ilha de Maracá. Vale salientar que exis-

tem outros rios menores, cachoeiras, ilhas e igarapés com nomes de origem indígena que deverão ser em outra ocasião estudada bem como os que possuem nomes não indígenas, como o igarapé Grande e o rio Santa Rosa. Esta delimitação deve-se ao fato de que as informações ainda estão dispersas em bibliotecas particulares, órgãos governamentais e não governamentais que, ou por não ter tido acesso ou pelo fator tempo para concluir o trabalho, não foi possível pesquisar.

Desta forma, *Uraricoera* origina-se de

“urari” que em língua indígena local significa veneno e “coera”, ou “kuera”, que, em guarani, significa curar-se. A partir desta significação, é legítimo pensar que o rio Uraricoera deve ter sido apelidado assim pelo fato de as populações indígenas locais acreditarem que as águas do rio tinham poder para livrar as pessoas de algum veneno. (FERREIRA, 2009)

João Ferreira não esclarece a qual etnia pertence o significado e continua dizendo que “no livro ‘Macunaima’ de Mário de Andrade, o capítulo XVI é intitulado e inteiramente dedicado a Uraricoera, “o rio dos murmurejos” em cujo clima e proximidade o herói nasceu”. Como ele Magalhães (1997, p. 124) diz que é de etnia desconhecida e que significa “veneno velho”.

Já Cardoso (1961, p. 115) diz que Rubens Nelson Alves (*Idem*, p. 115) restituiu o verdadeiro nome do rio Uraricoera, “que em todas as cartas geográficas trazem, quase sem exceção, com a denominação *Uraricapará*, nome totalmente desconhecido na região, pois ali o referido rio é conhecido, exclusivamente, pelo nome de *Uraricaá*”. Cardoso continua ao mostrar que Henri Coudreau referiu-se ao Uraricoera com o topônimo tupi de “*urari*, poisson et *coera*, bouche”, ou seja, para urari (peixe) e coera (XXX).. Assim, afirma que o indígena xiriana, habitante da região, refere-se aos rios Uraricoera e Uraricapará como *Uraricoare* e *Uraricaá* (p.223) e que essa nomenclatura foi utilizada por Rondon e seus companheiros da Inspeção de Fronteira.

Desta forma, Cardoso (p. 379) traz a definição de Uraricaá como “rio, notável tributário da margem esquerda do Uraricoera, indevidamente chamado de Uraricapará, cujas fontes principais nascem na parte meridional da cordilheira de Pacaraima. Étimo: do uaiana *urari*, curare e caá, peixe”. A controvérsia está no próprio Cardoso quando que, na página

21, informa o engano de Martius¹ traz a etimologia tupi de *caá* como árvore e que, na realidade, a palavra é de origem aruaca.

Em relação ao rio *Amajari*, Magalhães (1997, p.124) traz como etnia indefinida e como possível corruptela da *amanari*, rio formado pelas chuvas.

Já Cardoso (1961, p. 113) diz que *Amajari* é o nome denominado pelas cartas geográficas portuguesas e que o topônimo original é *Majari*, embora ocorra outra mais antiga. O autor informa que foi Rubens Nelson Alves, “veterano ajudante técnico da Comissão de limites do Setor Norte”, quem, “em 1939, a serviço da difícil demarcação da divisória do Brasil com a Venezuela, o referido rio corrigiu o engano das cartas e restituiu ao mesmo o seu verdadeiro nome brasilíndio” (*Idem*, p. 114). Isso porque Rubens Alves, em seu relatório sobre a Campanha do *Majari*, diz que conforme o índio uapixana Joaquim, tuxaua da maloca da Serra do Guariba, “o nome indígena do rio que íamos subindo era *Maiãre-uau*, cujo significado é *rio do bicho*. Entretanto os civilizados o chamam de *Amajari* ou *Majari*”. Mais adiante, Cardoso (*ibidem*, 159) diz que o rio “*Maiareuáú*, mais conhecido pela denominação de *Majari*, também do uapixana *maiare*, bicho e *uáú*, rio”.

Kock-Grünberg (2006, p. 46) faz referência ao *Amajari* como *Majari* ao dizer que “os Wapichána, uma tribo Aruak de língua singular, vivem em grupos dispersos ao norte e ao sul do baixo Uraricoera. Seus principais centros ficam no Parimé e no *Majari* (grifo nosso), um afluente que desemboca mais a oeste no Uraricoera...”

O topônimo *Aracaça*, que em alguns estudos aparece também como *Aracasa*, não foi encontrado seu significado e etnia nos materiais que foram disponibilizados para este estudo. Quando citado é apenas como informação histórica, geográfica, mas não com dados linguísticos. Por isso, este topônimo continua sendo objeto de investigação.

O topônimo *Auaris* é muito citado pelos viajantes, mas seu significado não é claro. Bisserra² (2006, p.316) traz informações sobre o rio

¹ Refere-se a Karl Friedrich Philipp von Martius, Beiträge sur Ethnographie und Sprachenkunde Brasilens. Leipzig. 1867 (CARDOSO, 1961, p. 448)

² BISSERRA, Rosângela de Souza. “Ainda estamos vivos: uma etnografia da saúde Sanumá”, Tese apresentada ao Departamento de Antropologia, da Universidade de Brasília, sob orientação da Profª Drª Alcinda Rita Ramos, em 2006.

Auaris em que os indígenas Sanumá tratam o rio como um centro onde moram vários seres maléficis provenientes dos brancos, seus bens, seus aviões. Um exemplo é Ramos (1990, p. 28 - 29) onde explica a formação do rio Auaris dizendo que

O rio Auaris, juntamente com o rio Parima, forma o Uraricoera, que escoo no rio Branco que, por sua vez, desemboca no rio Negro, o qual, de forma espetacular, deságua na margem esquerda do Amazonas a poucos quilômetros abaixo de Manaus. A grandiosidade crescente dos rios que, em direção sul, descem para o Amazonas contrasta com a escala quase em miniatura dos igarapés das nascentes, numa profusão de pequenos cursos de água bloqueados por troncos e galhos que compõem a minibacia do Auaris, o *axikamou* dos Sanumá. Pelos padrões amazônicos, ele é um rio modesto, mas no julgamento dos Sanumá, é uma grande expansão líquida ...

A autora continua mais adiante dizendo que “o fato de o rio Auaris ser entrecortado por grandes cachoeiras faz com que seu trecho seja pobre em peixes de tamanho médio” (p. 36). Por isso deduzo que o nome do rio vem de *awari*, que quer dizer peixe cambuá, em macuxi (AMO-DIO & PIRA, 2007, p.110), e com a transformação para o português com a inclusão do “s” no final da palavra.

Para Cesar Sobrinho¹ (2011) Parima e Parimé são o mesmo rio/serra que, em Yanomami, é Parime-u, pois o “u” final indica rio/ água corrente. Então Parime é a serra e Parime-u é o rio Parimé (na língua portuguesa). Acredita, ainda, que Parime-u é o nome dado pelos Yanomanis para o rio Uraricoera e que o significado é “rio habitado por espíritos”, pois os indígenas chamam o local (serra Parima) por “xopori paruk” (parime) que é lugar habitado por espíritos.

Magalhães (1997, p. 124) trata Parimé como etnia não definida e como pseudorio Paraná e Parima como rio e serra. Para Cardoso (1961, p. 20-21) o topônimo Parima vem da etimologia tupi, de Pará (rio) e imã (serra). O autor acrescenta que

O vocábulo, entretanto não é tupi. Tem a sua origem no caribe, derivado de paru, rio, água e de imã, que significa o pai, o formador. Às vezes o maior de todos.

No nosso caso, por exemplo, Parima significa o pai das águas, denominação, que, uma vez mais, vem confirmar, como já disse, a admirável precisão do indígena em crismar os acidentes geográficos.

¹ Entrevista gentilmente dada pelo Sr. Milton Camargo Cesar Sobrinho, da Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) a esta pesquisadora, em 27/07/2011.

Cardoso (*Idem*, p. 250) continua informando que Parima deriva

do vocábulo *paru*, que significa água e do sufixo *imã*, que designa o pai, o formador. Parima significaria, assim – o pai, o formador das águas, denominação que traduz, evidentemente, não só a realidade geográfica como, ainda mais uma vez, a alta sabedoria com que o silvícola batizava os seus topônimos.

Mais adiante, Cardoso¹ (1961, p. 368) traz Parimé, como rio que nasce na vertente da serra de Aurucaima, da bacia do rio Branco, na etimologia caribe que significa *parimé* como gênio do mal.

Em relação à Ilha de Maracá, Pereira (1992, p. 105 – 106) diz que Bueno [1987] retrata Maracá como

Marãaca, a cabeça de fingimento ou de ficção; instrumento usado pelos feiticeiros (pajés) feito de um cabaço do tamanho da cabeça humana com orelha, cabelos, olhos, narinas e boca, estribado numa flecha como sobre pescoco. No maracá faziam fumo dentro, com folhas secas de tabaco, queimadas, e desse fumo que saía pelos olhos, boca e narizes (sic) da figura, se enebriavam os tais feiticeiros e ficavam como que tomados do vinho. Nesse estado, faziam visagens e cerimônias, prediziam o futuro e em tudo o que afirmavam, criam os outros índios, como se foram [= fossem] revelações de algum profeta.

Pereira continua dizendo que Maracá (marã (= guerra, desordem) + açã por acanga (= cabeça) = chocalho; cabeça de guerra, cabeça de fingimento, só para amedrontar os inimigos) como uma cabeça falsa.

Essa divergência de informações ocorre porque, para Ferri (1990, p. 12), “poucos são os documentos históricos que descrevem a situação indígena das regiões do rio Branco. As notícias são espalhadas de maneira caótica em relatos de naturalistas, geólogos e aventureiros.”

Um fator importante para que isso ocorresse foi porque, a partir da conquista europeia no século XVI, iniciou-se um processo de diminuição das populações indígenas, reduzindo-as na maioria dos casos a pequenas comunidades, como tentativas de uniformização cultural e destruição de sua organização social, mais ou menos bem sucedidas. Um exemplo foi durante a época pombalina, em que a política oficial de assimilação da população indígena aboliu a escravidão indígena e ordenou que os índios tomassem sobrenomes “escolhidos dentre o mesmo repertório utilizado pelas ‘Famílias de Portugal’” e tornou obrigatória a língua portuguesa em substituição à língua geral difundida na Amazônia (FA-

¹ Cardoso traz a referência às bibliografias de Braz de Aguiar, Brasil-Venezuela, 22; Tavera-Acosta, Rionegro, 345; Braz de Aguiar, Fronteiras, 251; Ferreira Reis, Orinoco, 251. (p. 368)

RAGE, 1991, p. 43). Desta forma, muitas informações e conhecimentos sobre sua língua e costumes deixaram de ser repassados às gerações posteriores.

Essa dificuldade de indicar a origem dos topônimos, principalmente os de origem indígena, deve-se ao fato de que o problema está na coleta de informações, pois os estudos dos viajantes trazem, na sua maioria, os aspectos históricos, geográficos, sociais e/ou antropológicos da região.

Desta forma, para Dick (1992, p. 5) “a nomeação dos lugares sempre foi atividade exercida pelo homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana”. A autora complementa que

observando os diferentes sistemas culturais, em que topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses nominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes, se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicologia, enfim, da cultural geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social. (p. 6)

Isso porque, para a autora (*Idem*, p. 7) os conquistadores “substituíam os nomes por eles denominados ‘bárbaros’, por aqueles de seus próprios países, ou ‘civilizados’”.

Para Dick (*ibidem*, p. 8) o estudo toponímico brasileiro comporta considerações referentes ao de origem dos dominadores e dos adstratos linguísticos de todos aqueles que fizeram parte da formação da história do povo brasileiro, como por exemplo, os indígenas, foco deste estudo.

Para Teodoro Sampaio (1955, *apud* Dick, 1992, p. 8) o indígena utilizava “elementos descritivos de seu ambiente” porque era “portador de uma visão prática e objetiva”. Isso não impedia de ocorrência dos arquetipos toponímicos, pois

ao designar, tradicionalmente, o nome próprio de lugar, o topônimo, em sua formalização na nomenclatura onomástica, liga-se ao acidente geográfico que identifica, com ele constituindo um conjunto ou uma relação binômica, que se pode seccionar para melhor se distinguirem os seus termos formadores. (DICK, 1992, p. 10)

É preciso lembrar que um estudo toponímico é muito rico e buscar as características denominativas dos topônimos requer um critério taxionômico e dialetológico, pois para Dick (*apud* CARNEIRO, 2008, p. 33) “as palavras devem ser consideradas ao mesmo tempo quanto aos seus

significados e quanto às relações que podem ser estabelecidas entre si”. Assim, como os enunciados toponímicos referem-se às entidades autônomas são mais difíceis de serem intuídas, buscou-se compreender os topônimos indígenas investigados e optou-se por seguir o ciclo de permanência do mesmo nome no lugar, pois na maioria das vezes, sua interpretação foi oficializada na língua do colonizador.

4.1. As taxionomias da bacia do Uraricoera

Os topônimos estudados neste trabalho referem-se a acidentes geográficos e conforme Dick (1992, p. 31 - 34) são compostos das influências de natureza física e de natureza antropológica, com fator biótipo (fauna e flora).

As taxionomias de natureza física são:

- a) Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral;
- b) Cardiotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral;
- c) Cromotopônimos: topônimos relativo a cores – Quecê-uêne;
- d) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características referentes às dimensões dos acidentes geográficos (extensão, largura, altura, profundidade etc.);
- e) Fitotopônimos: topônimos de natureza vegetal – os rios Uraricoera e Uraricaá;
- f) Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas (elevações/ depressões do terreno);
- g) Hidrotopônimos: topônimos resultantes de acidentes hidrográficos – os rios Parima e Parimé;
- h) Litotopônimos: topônimos relativo aos minerais – a serra do Tepequem;
- i) Meteorotopônimos: topônimos relativos aos fenômenos atmosféricos;
- j) Morfotopônimos: topônimos relativos às formas geométricas – Taibai;

- k) Zootopônimos: topônimos de índole animal – os rios Amajari e Auris.

A taxionomia de natureza antropocultural são:

- a) Animotopônimos: topônimos relativos ao psiquismo, espírito;
- b) Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais;
- c) Axiotopônimos: topônimos relativos aos nomes em que os antropônimos vêm acrescidos de títulos;
- d) Corotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, continentes, etc;
- e) Cronotopônimos: topônimos indicadores cronológicos;
- f) Dirrematopônimos: expressões cristalizadas;
- g) Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral;
- h) Ergotopônimos: topônimo relativo à cultura material – Uarungá;
- i) Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos;
- j) Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados;
- k) Hagiotopônimos: topônimos relativos aos nomes de santos;
- l) Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos históricos-social, aos seus membros e às datas correspondentes;
- m) Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana;
- n) Mitotopônimos: topônimos relativos à entidades mitológicas -
- o) Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numéricos;
- p) Poliotopônimos: topônimos constituídos por vocábulos vila, aldeia, cidade, etc;
- q) Somatopônimos: topônimos que expressam relação metafórica à parte do corpo humano ao indicar que Maracá é “cabeça de guerra”.
- r) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais.

Como exposto anteriormente, não foi possível até o momento identificar o topônimo Aracaça ou Aracasa. Acrescenta a essa observação, o fato de também ser possível que esses nomes possam ser de origem de outras etnias que já não existem mais.

Vale notar que todos os topônimos elencados podem ser nomear diferentemente por outras etnias com significados diferentes e que os exemplos foram nominados apenas daqueles que têm relação com o presente trabalho.

5. Conclusão

Um estudo toponímico leva em consideração cartas geográficas e documentos dos mais variados e, muitas vezes, muito antigos. São fontes primárias para a análise do fenômeno onomástico. Por isso nem sempre há a precisão dos dados, pois a dificuldade de indicar a origem dos topônimos, principalmente os de origem indígena, está no fato de que o problema está na coleta de informações, pois os estudos dos viajantes trazem, na sua maioria, os aspectos históricos, geográficos, sociais e/ou antropológicos da região.

Vale salientar que Roraima tem presença marcante da cultura indígena em sua formação populacional, haja vista os grandes conflitos gerados por demarcação de terras indígenas e o preconceito etnolinguístico e socioeconômico que envolve a sociedade local.

Destaca-se no contexto estadual a desvalorização da cultura dos povos indígenas, quer seja na língua, suas narrativas orais, músicas, comidas, arte, danças e, por outro lado, uma forte organização política e a existência de práticas que visam à transmissão da memória das comunidades de forma que as gerações futuras possam dela usufruir. Muito embora, este cenário esteja se transformando lentamente na medida em que os grupos étnicos se mostram e ocupam diferentes papéis na máquina administrativa do estado e dos municípios.

Em uma perspectiva dos estudos linguísticos percebe-se que é através da linguagem que a experiência pode ser repassada, pois a linguagem reduz, unifica e aproxima o homem no mesmo espaço histórico e cultural. Pensando nisso compreende-se que uma língua só se mantém viva se a comunidade faz uso dela de forma social. Um exemplo claro é a língua indígena de certas etnias que, por não ser falada por seus membros, perdeu-se no tempo e, em muitos casos, possui poucos falantes.

Isso porque ao longo dos séculos o índio foi perdendo o domínio de sua língua materna e transpondo-se para a língua dominante. Por isso, ao procurar compreender a si mesmo o homem necessita voltar-se ao outro e assim formar categorias classificatórias ao longo do tempo,

Assim, o que se procurou neste trabalho foi apresentar os dados toponímicos referentes ao rio Uraricoera, seus principais afluentes e seu santuário ecológico, a Ilha de Maracá, reserva ambiental, de forma a mostrar a importância de se conhecer a origem dos nomes desses rios que fazem parte da bacia hidrográfica do rio Branco, o principal rio de Roraima.

É importante frisar sobre a dificuldade encontrada na coleta das informações, pois os documentos estão dispersos em bibliotecas governamentais e não governamentais, bem como nas particulares. Desta forma, procurou-se contatar com pessoas que, reconhecidamente, detêm essas fontes de pesquisa e muitos alegaram não dispor deste conhecimento.

As taxionomias de natureza física são as mais frequentes neste trabalho, por exemplo, os fitotopônimos (Uraricoera e Uraricaá), os hidrotopônimos (Parima e Parimé) e os zootopônimos (rios Amajari e Auaris). É surpreendente nesses dados quase não aparecem topônimos relacionados à mitologia, traço que é comum aos povos da região e que os zootopônimos são os mais recorrentes. Por isso, à medida que se estender a pesquisa, outros povos, outros rios, outros nomes aparecerão como demarcadores da realidade regional, de forma a imprimir sua marca e a construir um atlas toponímico das línguas indígenas do estado.

Este trabalho de pesquisa não termina neste momento, ele é apenas o início de um estudo mais sistemático sobre a toponímia indígena brasileira, principalmente a roraimense, pois é preciso intensificar os estudos sobre a historiografia toponímica da Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karyleila dos Santos. *Pesquisa cartográfica do atlas toponímico de origem indígena do Tocantins*. Projeto ATITO. www.ufto.edu.br. Acesso em: 15 jul 2011.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

_____. *Vocabulário tupi-guarani-português*. 5. ed. rev. e aumentada. S. Paulo: Brasiliavros, [1987].

CARDOSO, Armandi Levy. *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. *A morada dos Wapixana*: atlas toponímico da Região Indígena da Serra da Lua – RR. Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2008.

CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. *A política da memória saporá*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Campinas: UNICAMP, 2010.

CIDR – Centro de Informação da Diocese de Roraima. *Índios de Roraima*. Boa Vista: CIDR, 1989.

CORRY, Stephen. Guardianes de la tierra sagrada. *Revista Especial da Survival Internacional*, Londres, 1994.

CRUZ, Maria Odileiz Sousa. *Toponímia documental*: as línguas na costa das Guianas e Amazonas – séculos XVI e XVII. Boa Vista: Projeto de pesquisa registrado na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFRR, 2008.

DICK, Maria V. P. do A. *A motivação toponímica*: princípios teóricos e modelos taxionômicos. São Paulo. (Tese de doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Edições Arquivos do Estado de São Paulo, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*: Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

_____. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. *Investigações Linguística e Teoria Literária*, Recife, v. 13-14, p. 153-172, 2001.

FARAGE, Nádía. *As muralhas dos sertões*: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FAZZIO, Gisela Felix de. *Estudo toponímico do município de Promissão (SP): a cidade e as ruas*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Tratado histórico do Rio Branco*. Estabelecimento do texto, anotações e edição de José Pereira da Silva. Disponível em:

http://www.filologia.org.br/pereira/textos/tratado_historico_do_rio_branco.pdf. Acesso em julho de 2011.

_____. *Diário do Rio Branco*. Edição de José Pereira da Silva. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/pereira/textos/diario_do_rio_branco_1.pdf>. Acesso em: julho de 2011.

FERREIRA, João. Uraricoera. O retorno de Macunaíma à terra de origem e as peripécias mirabolantes da estadia e travessia. 2009. Disponível em:

<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=10223&cat=Ensaios&vinda=S>. Acesso em: 09-08-11

FERRI, Patrícia. *Achados ou perdidos? A imigração indígena em Boa Vista*. Goiânia: MLAL. 1990.

FIOROTTI, Devair Antônio. *Paton Pia*. Edição do autor. 2010.

FREITAS, Aimberê. *Geografia e história de Roraima*. Manaus: GRAFIMA. 1996

_____. *Geografia e história de Roraima*. Manaus: GRAFIMA. 2001.

ISA – Instituto Socioambiental, 2010. Disponível em:

<<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em 20 jun. 2011.

KOCK-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco*. São Paulo: UNESP, 2006, Vol. I.

MAGALHÃES, Dorval de. *Roraima: informações históricas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Projefilm, 1997.

MEVA – Missão Evangélica da Amazônia. *Dicionário Sanumá*. Edição da Missão. 2002.

PEREIRA, José. *Uma viagem guiada pela Amazônia no século XVIII*. Tese de doutorado, apresentado ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

PEREIRA, Zineide Sarmento. *O movimento indígena em Roraima: a construção de um sujeito político (1970-2000)*. Dissertação de Mestrado em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2003.

_____. O movimento indígena em Roraima: a trajetória das organizações. In: FERNANDES, Maria Luiza e GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *História e diversidade: política, educação, gênero e etnia em Roraima*. Boa Vista: UFRR, 2010.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1988.

REIS, Artur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. A fronteira com as colônias espanholas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

RICE, Hamilton. *Exploração na Guiana Brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1978.

RODRIGUES, Ayrton Dall'igna. *Língua brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola. 2002.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da viagem que em visita e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma... no ano de 1774 e 1775*. Lisboa: Typografia da Academia das Ciências, 1825. Com licença de Sua Magestade.

SILVA, Gilmar Brasil da. *Os topônimos das comunidades indígenas no município de Uiramutã*. Projeto de Iniciação Científica Instituto de Formação Superior Indígena Insikiram – UFRR. 2010

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

<http://upload.wikimwdia.org>. Acesso em: 15 de mar 2011.

<http://eped.gov.br/meioambiente/docts/bacia/riobranco>. Acesso em: 05 ago 2011.